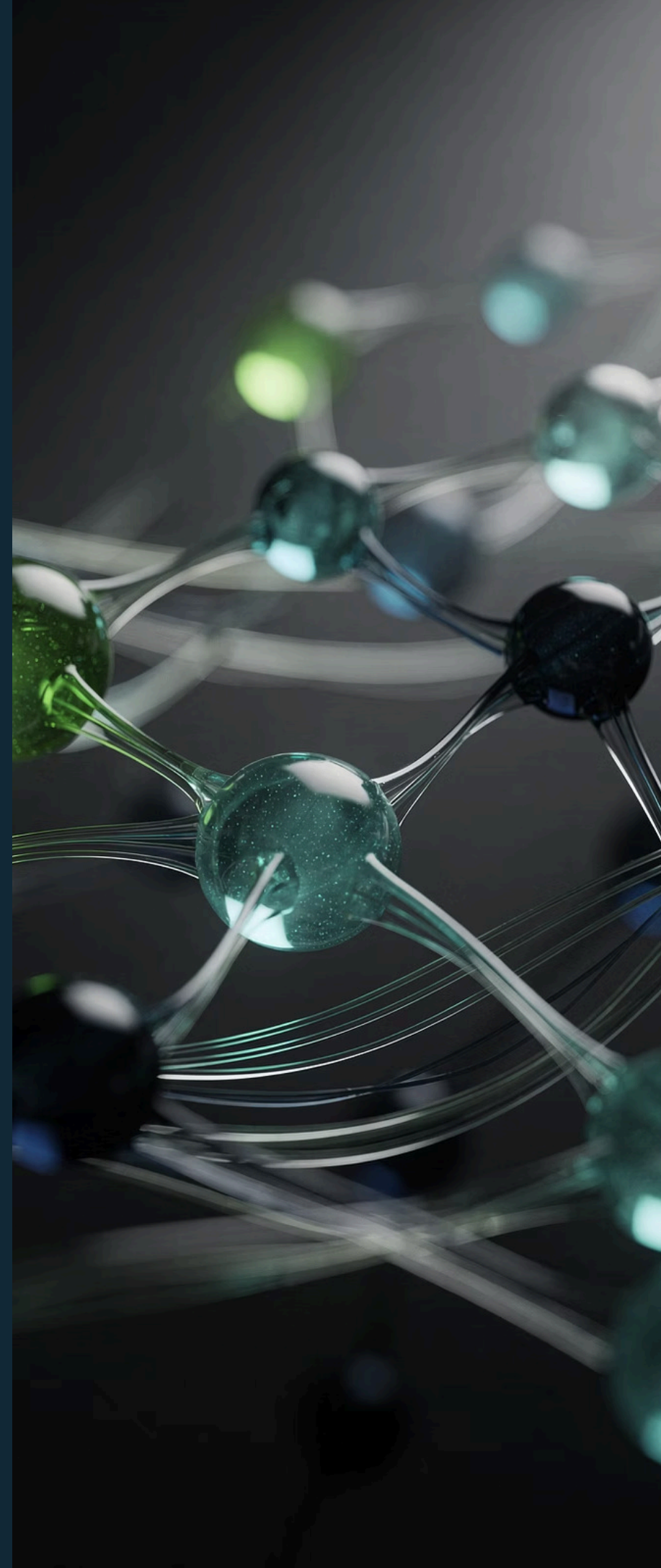


# A Filosofia da Rede Inter-relacional (FRI): Metodologia e Percurso Hermenêutico para a Filosofia da Educação

Prof. Dr. Plínio Marcos Tsai (PPGE UMESP)

- ① A FRI pode ser considerada tanto como metodologia quanto como percurso hermenêutico contemporâneo para a Filosofia da Educação, desde que seja adaptada à natureza dos problemas educacionais e às demandas específicas desse campo.



# O que a Filosofia da Educação pode demandar metodologicamente

A Filosofia da Educação não se organiza necessariamente a partir de um único método. Ela pode ser compreendida pela aplicação de reflexões filosóficas — epistemológicas, éticas, políticas, estéticas e antropológicas — às questões educacionais: finalidades da educação, natureza do conhecimento escolar, relação professor-aluno, autoridade, autonomia, formação ética, inclusão, diferença, emancipação, entre outras.



## Análise Conceitual

Esclarecimento de termos como "ensino", "aprendizagem" e "currículo"



## Hermenêutica

Interpretação de textos e práticas educativas



## Filosofia Crítica

Análise de ideologias e relações de poder



## Fenomenologia

Descrição da experiência educativa



## Ética Aplicada

Discussão de dilemas normativos

A FRI, por ser uma ontologia inter-relacional e uma hermenêutica de matriz **tradição filosófica chinesa**, pode dialogar com essas vertentes, oferecendo um enquadramento anti-substancialista e inter-relacional para pensar a educação como processo de **interdependência e transformação mútua**.

# A FRI como Percurso Hermenêutico Contemporâneo

Um percurso hermenêutico, no sentido gadameriano, pode ser entendido como um caminho interpretativo que parte da historicidade do intérprete, reconhece a circularidade da compreensão e busca uma fusão de horizontes entre o objeto e o pesquisador. A FRI apresenta as seguintes características para a Filosofia da Educação:

Característica da FRI	Tradução para a Filosofia da Educação
Explicitação da posicionalidade (FO)	Pode ser útil que o pesquisador explicita suas concepções de educação, sua tradição pedagógica de origem e seus valores axiológicos, evitando a falsa neutralidade.
Listagem de elementos constituintes (F1)	Em um conceito educacional como "autoridade pedagógica", vale considerar a listagem dos elementos que aparecem como substanciais: professor, aluno, saber, disciplina, autonomia, respeito.
Mútua determinação (F2)	É interessante mostrar que cada elemento só existe em relação aos outros. A autoridade do professor emerge da relação com o aluno, com o saber, com a instituição e com a sociedade.
Identificação de superimposições (F3)	Sugere-se detectar reificações indevidas, como a crença de que "o professor é autoridade porque possui um dom inato" — ignorando que a autoridade é relacional, histórica e contingente.
Duas verdades (F4)	Convém descrever o conceito sob a verdade convencional (como aparece na prática cotidiana) e sob a verdade última (como vazio de essência, designação funcional dentro de uma rede).
Interfusão e não-ação (F5)	Vale mostrar como cada elemento da rede educacional reflete a totalidade. A autoridade do professor reflete a estrutura da escola, que reflete a estrutura social, que reflete valores políticos.
Aplicação (F6)	Retornar à prática pode significar abandonar essencialismos e adotar uma abordagem inter-relacional, situada e contingente, que examine as redes de práticas, discursos e instituições.

✔ Portanto, a FRI pode ser compreendida como um percurso hermenêutico contemporâneo para a Filosofia da Educação.

# A FRI como Metodologia: Aplicação ao Conceito de "Autonomia do Aluno"

Metodologia costuma exigir operacionalização: passos claros, critérios de validação e exemplos. Tomando como base o roteiro de seis fases, pode ser útil adaptá-lo ao conceito de autonomia do aluno.

## 1 FO – Posicionalidade

O pesquisador pode explicitar sua concepção de autonomia (Kant? Paulo Freire? Pós-estruturalismo?). Ex.: *"Parto da noção freireana de autonomia como conquista histórica, não como dom inato."*

## 2 F1 – Elementos

Vale listar elementos constituintes da autonomia: aluno, professor, regras, escolha, responsabilidade, consequências, contexto social, saber, vontade, liberdade.

## 3 F2 – Mútua Determinação

A autonomia do aluno não aparece sem a mediação do professor, nem sem um contexto institucional, nem sem o saber. Autonomia é sempre autonomia *para* saber ou agir em relação a algo.

## 4 F3 – Superimposições

"O aluno é autônomo por natureza" — superimposição que pode ignorar que a autonomia é construída em relação. "Autonomia significa fazer o que quer sem interferência" — formulação que trata autonomia como substância isolada.

## 5 F4 – Duas Verdades

**Convencional:** "Na sala de aula, autonomia é o aluno escolher seu tema dentro de limites dados pelo professor." **Última:** "Não há uma 'autonomia-em-si'; trata-se de um feixe de relações de reconhecimento, autorização e responsabilidade."

## 6 F5 – Interfusão

A autonomia do aluno reflete a autonomia do professor, da escola, do sistema educacional. Cada ato de autonomia pode conter a totalidade da rede. A não-ação aparece quando a autonomia flui sem coerção.

## 7 F6 – Aplicação

Para promover autonomia, não basta oferecer "liberdade"; pode ser necessário construir uma rede inter-relacional em que professor, aluno, saber, regras e contexto se co-determinem. Isso sugere políticas que fortaleçam essa rede.

# Exemplo de Aplicação da FRI: Análise de Freire (1996)

A seguir, aplica-se o roteiro da FRI ao conceito de "autonomia" tal como aparece em FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Fase da FRI	Aplicação ao texto de Freire
FO – Posicionalidade	O pesquisador declara: "Leio Freire a partir de uma perspectiva crítico-dialógica, reconhecendo sua filiação à tradição marxista humanista e à teologia da libertação."
F1 – Elementos	Autonomia em Freire envolve: educando, educador, diálogo, consciência crítica, prática, mundo, saber, liberdade, história, opressão.
F2 – Mútua Determinação	A autonomia do educando só se constitui na relação com o educador dialógico, com o saber situado e com a realidade concreta. Não há autonomia fora dessa rede de determinações mútuas.
F3 – Superimposições	Freire critica a "educação bancária" como superimposição: trata o educando como receptáculo passivo, reificando-o como objeto, não como sujeito inter-relacional.
F4 – Duas Verdades	Convencional: autonomia é o educando tomar decisões na sala de aula. Última: autonomia é um processo histórico de constituição inter-relacional da consciência, sem essência fixa.
F5 – Interfusão	A autonomia do educando reflete a autonomia do educador, que reflete a estrutura da escola, que reflete a estrutura social. Cada ato pedagógico contém a totalidade da rede.
F6 – Aplicação	A FRI sugere que políticas de autonomia não devem centrar-se no indivíduo, mas na construção de redes dialógicas entre educadores, educandos, saberes e contextos institucionais.

✔ Esta análise demonstra que a FRI opera como ferramenta de leitura filosófica de textos clássicos da Filosofia da Educação, sem reduzir o autor a um esquema externo.

# Exemplo de Aplicação da FRI: Análise de Saviani (2008)

Aplicação do roteiro da FRI ao conceito de "trabalho educativo" em SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2008.

Fase da FRI	Aplicação ao texto de Saviani
FO – Posicionalidade	O pesquisador declara: "Leio Saviani a partir de uma perspectiva filosófica inter-relacional, atento às tensões entre sua ontologia do trabalho e uma abordagem anti-substancialista."
F1 – Elementos	Trabalho educativo em Saviani envolve: educador, educando, saber sistematizado, natureza humana, historicidade, escola, classe social, produção cultural.
F2 – Mútua Determinação	O trabalho educativo não existe sem o educador que o realiza, sem o educando que o recebe, sem o saber que o orienta e sem a estrutura social que o condiciona. Cada elemento co-determina os demais.
F3 – Superimposições	A ideia de que "o professor transmite o saber" reifica o saber como objeto fixo e o professor como portador de essência. A FRI mostra que o saber é produzido na relação pedagógica, não transportado.
F4 – Duas Verdades	Convencional: o trabalho educativo é a ação do professor sobre o aluno para transmitir conteúdos. Última: o trabalho educativo é uma rede de determinações mútuas entre sujeitos, saberes e contextos históricos, sem substância própria.
F5 – Interfusão	O trabalho educativo na sala de aula reflete a organização da escola, que reflete as relações de produção, que refletem a estrutura de classes. Cada aula contém a totalidade da rede social.
F6 – Aplicação	A FRI sugere que reformas educacionais não devem focar apenas no conteúdo ou no método, mas na reconfiguração das redes inter-relacionais entre escola, família, Estado e comunidade.

**i** A tensão entre a ontologia do trabalho de Saviani (de base marxista) e o anti-substancialismo da FRI constitui um ponto de debate filosófico produtivo para pesquisas em Filosofia da Educação.

# Exemplo de Aplicação da FRI: Análise de Biesta (2013)

Aplicação do roteiro da FRI ao conceito de "subjetivação" em BIESTA, Gert. *The Beautiful Risk of Education*. Boulder: Paradigm Publishers, 2013.

Fase da FRI	Aplicação ao texto de Biesta
FO – Posicionalidade	O pesquisador declara: "Leio Biesta a partir de uma perspectiva inter-relacional, reconhecendo sua filiação ao pós-estruturalismo e à filosofia continental europeia."
F1 – Elementos	Subjetivação em Biesta envolve: sujeito, mundo, alteridade, risco, interrupção, responsabilidade, liberdade, singularidade, escola, currículo.
F2 – Mútua Determinação	O sujeito em Biesta não preexiste à relação educativa: ele emerge no encontro com o outro, com o mundo e com o saber. A subjetivação é sempre co-produzida inter-relacionalmente.
F3 – Superimposições	A crença de que "a escola deve desenvolver o potencial inato do aluno" é uma superimposição: pressupõe uma essência prévia à relação. Biesta e a FRI convergem na crítica a esse essencialismo.
F4 – Duas Verdades	Convencional: subjetivação é o processo pelo qual o aluno se torna autônomo e responsável. Última: subjetivação é uma designação funcional para o modo como o sujeito emerge na rede de relações educativas, sem substância prévia.
F5 – Interfusão	A subjetivação do aluno reflete a postura do professor diante do risco, que reflete a cultura institucional da escola, que reflete os valores políticos sobre o que conta como "boa educação".
F6 – Aplicação	A FRI reforça a proposta de Biesta: currículos e avaliações que reduzem a educação à qualificação ou socialização ignoram a dimensão inter-relacional da subjetivação. Políticas educacionais deveriam preservar o espaço do risco e da alteridade.

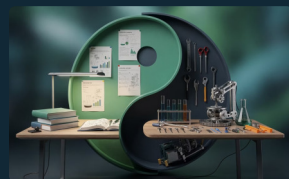
✔ A convergência entre Biesta e a FRI é significativa: ambos recusam o essencialismo do sujeito e afirmam a primazia das relações na constituição do educando.

# Potencialidades Específicas da FRI para a Filosofia da Educação



## Crítica do Individualismo Pedagógico

A FRI desloca o foco do "aluno autônomo" ou do "professor autoritário" para as **redes inter-relacionais** que constituem esses papéis. Isso pode ajudar a superar tanto o autoritarismo (que reifica o professor) quanto o liberalismo ingênuo (que reifica o aluno como agente isolado).



## Superação de Dualismos

Opinião vs. conhecimento, teoria vs. prática, ensino vs. aprendizagem, conteúdo vs. método — todos podem ser tratados como oposições complementares, não excludentes. A FRI permite pensar uma **pedagogia da complementaridade**, em vez de uma lógica de oposição entre polos.



## Pluralidade sem Relativismo

Ao distinguir verdade convencional e verdade última, a FRI oferece um caminho para afirmar que diferentes métodos pedagógicos podem ser eficazes em diferentes contextos, sem que nenhum se apresente como absoluto. Assim, ela ajuda a evitar tanto o dogmatismo quanto o vale-tudo.



## Inclusão da Perspectiva Não-Ocidental

Por sua base em filosofia chinesa, a FRI traz recursos conceituais para pensar a educação fora dos cânones greco-cristãos. Nesse sentido, pode dialogar com pedagogias indígenas, orientais e alternativas sem submetê-las a uma grade ocidentalista.

# Limites e Cuidados ao Aplicar a FRI na Filosofia da Educação

A aplicação da FRI na Filosofia da Educação exige atenção a limites que, se ignorados, podem comprometer a validade e a utilidade da abordagem.

## ⚠ Excesso de Abstração

A FRI pode parecer distante das práticas concretas de sala de aula. Convém ancorar a análise em exemplos empíricos ou situações concretas, evitando permanecer apenas no plano dos princípios.

## ⚠ Risco de Dissolver a Responsabilidade Ética

Se tudo é inter-relacional e contingente, quem responde pelo fracasso educacional? A FRI não elimina a responsabilidade; ela a **redimensiona**: a responsabilidade é distribuída, mas não anulada. Pode ser útil preservar um espaço para a agência e a responsabilização.

## ⚠ Complexidade Linguística e Conceitual

A FRI envolve termos da filosofia chinesa (*śūnyatā*, *pratīyasamutpāda*, *samāropa*) e da tradição filosófica chinesa (*wuwei*, *yin-yang*, *yuan rong*). Para aplicá-la na Filosofia da Educação sem recorrer a jargão incompreensível, convém traduzir esses termos para uma linguagem educacional sem perda de precisão.

## ⚠ Possível Conflito com Filosofias Substantivistas

Correntes que afirmam valores universais e substanciais (certas leituras de Kant, certas pedagogias católicas) tendem a entrar em tensão com a FRI. O pesquisador pode decidir se a utiliza de modo crítico ou se a reserva para objetos que não exijam fundamentação substantiva.

# Conclusão

A Filosofia da Rede Inter-relacional pode ser usada de duas formas complementares no campo da Filosofia da Educação:

## Percurso Hermenêutico Contemporâneo

Oferece um caminho interpretativo que considera a historicidade, a circularidade e a aplicação, com base anti-substancialista e inter-relacional, em diálogo com a tradição gadameriana.

## Metodologia Operacional

Desde que suas seis fases sejam adaptadas a problemas educacionais concretos e acompanhadas de critérios de validação e exemplos, a FRI pode funcionar como metodologia para pesquisas em Filosofia da Educação.

Sua principal contribuição para a Filosofia da Educação é deslocar o foco de **substâncias** (aluno, professor, conhecimento) para **relações** — e, ao fazê-lo, abrir espaço para uma educação da interdependência, da complementaridade e da crítica das reificações.

- ✔ Pesquisadores interessados podem testar o método, criticá-lo e refiná-lo, contribuindo para a construção de uma filosofia da educação mais **inter-relacional**, inclusiva e contemporânea.

# Referências

## Paulo Freire

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## Plínio Marcos Tsai

TSAI, Plínio Marcos. Os elementos da rede da tradição filosófica chinesa na Filosofia da Teoria de Rede Inter-relacional. *Modernos & Contemporâneos*, Campinas, v. 8, n. 18, jan./jun. 2024.

## Dermeval Saviani

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

## Hans-Georg Gadamer

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.

## Antônio Florentino Neto

FLORENTINO NETO, Antônio. Predicação e relação como fundamentos da Filosofia da Escola de Kyoto. In: FLORENTINO NETO, A.; GIACOIA JR., O. (orgs.). *A Escola de Kyoto e suas fontes orientais*. Campinas: Phi, 2017.

## Gert Biesta

BIESTA, Gert. *The Beautiful Risk of Education*. Boulder: Paradigm Publishers, 2013.